SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO 1

1. Origem e conteúdo do direito constitucional 1
   1.1. Objeto do direito constitucional quanto ao foco de investigação 3
2. Constituição: noções iniciais, objeto e evolução 4
   2.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico ... 5
   2.2. Constituição em sentido material e formal 9
3. Classificação das constituições 11
   3.1. Quanto à origem 11
   3.2. Quanto à forma 12
   3.3. Quanto ao modo de elaboração 13
   3.4. Quanto ao conteúdo 13
   3.5. Quanto à estabilidade 17
   3.6. Quanto à correspondência com a realidade 20
   3.7. Quanto à extensão 21
   3.8. Quanto à finalidade 22
   3.9. Outras classificações 23
4. Breve resumo das Constituições do Brasil 25
   4.1. A Constituição do Império (1824) 25
   4.2. A primeira Constituição Republicana (1891) 26
   4.3. A Constituição de 1934 27
   4.4. A Constituição do Estado Novo (1937) 28
   4.5. A Constituição de 1946 29
   4.6. A Constituição de 1967 30
   4.7. A Constituição de 1969 (Emenda n.º 1 à Constituição de 1967) 30
   4.8. A Constituição de 1988 31
5. Classificação e estrutura da Constituição Federal de 1988 33
   5.1. Preâmbulo 33
   5.2. Parte dogmática da Constituição de 1988 35

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.3. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)... 35
5.4. "Elementos da Constituição" 36
6. Entrada em vigor de uma nova Constituição 37
6.1. *Vacatio Constitutionis* 38
6.2. Retroatividade mínima 38
6.3. Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição pretérita 41
6.3.1. Desconstitucionalização 41
6.4. Direito ordinário pré-constitucional 42
6.4.1. Direito ordinário pré-constitucional incompatível 43
6.4.1.1. Inconstitucionalidade superveniente 44
6.4.2. Direito ordinário pré-constitucional compatível ... 45
6.4.3. Direito ordinário pré-constitucional não vigente ... 53
6.4.4. Direito ordinário em período de *vacatio legis* 54
6.5. Controle de constitucionalidade do direito pré-constitucional 55
7. Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade 58
7.1. Classificação de José Afonso da Silva 59
7.1.1. Normas de eficácia plena 59
7.1.2. Normas de eficácia contida 60
7.1.3. Normas de eficácia limitada 62
7.1.4. Eficácia das normas programáticas 64
7.2. Classificação de Maria Helena Diniz 65
8. Interpretação da Constituição 66
8.1. Métodos de interpretação 67
8.1.1. O método jurídico (método hermenêutico clássico) .. 67
8.1.2. O método tópico-problemático 68
8.1.3. O método hermenêutico-concretizador 68
8.1.4. O método científico-espiritual 69
8.1.5. O metódo normativo-estruturante 70
8.1.6. A interpretação comparativa 70
8.2. Princípios de interpretação 70
8.2.1. Princípio da unidade da Constituição 71
8.2.2. Princípio do efeito integrador 71
8.2.3. Princípio da máxima efetividade 72
8.2.4. Princípio da justeza 72

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8.2.5. Princípio da harmonização 72
8.2.6. Princípio da força normativa da Constituição 73
8.2.7. Interpretação conforme a Constituição 73
8.3. Teoria dos poderes implícitos 74

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE 77
1. Conceito 77
2. Titularidade 78
3. Formas de exercício 78
4. Espécies 80
4.1. Poder constituinte originário 80
4.2. Poder constituinte derivado 83

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 87
1. Princípios fundamentais 87
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico 93
2.1. Origem 93
2.2. Os quatro *status* de Jellinek 94
2.3. Distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais ... 95
2.4. Distinção entre direitos e garantias 95
2.5. Características 96
2.6. Classificação 97
2.7. Destinatários 100
2.8. Relações privadas 101
2.9. Natureza relativa 103
2.10. Restrições legais 104
2.11. Conflito (ou colisão) 105
2.12. Renúncia 106
3. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 – Aspectos gerais 106
3.1. Aplicabilidade imediata 107
3.2. Enumeração aberta e interpretação 108
3.3. Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional 110

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.4. Tribunal Penal Internacional 111

4. Direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 5.º) 113

4.1. Direito à vida 114

4.2. Direito à liberdade 114

4.3. Princípio da igualdade (art. 5.º, *caput*, e inciso I) 115

4.4. Princípio da legalidade (art. 5.º, II) 117

4.5. Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV) 121

4.6. Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII) 126

4.7. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X) 128

4.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI) 129

4.9. Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII) 130

4.10. Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII) 134

4.11. Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI) 134

4.12. Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX) 136

4.13. Representação processual *versus* substituição processual (art. 5.º, XXI e LXX; art. 8.º, III) 138

4.14. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI) 140

4.15. Desapropriação (art. 5.º, XXIV) 144

4.16. Requisição administrativa (art. 5.º, XXV) 147

4.17. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII) 148

4.18. Direito de informação (art. 5.º, XXXIII) 149

4.19. Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, "a") 149

4.20. Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, "b") 151

4.21. Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV) ... 151

4.22. Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI) 154

4.23. Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII) 157

4.24. Júri popular (art. 5.º, XXXVIII) 158

4.25. Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL) 160

4.26. Vedação ao racismo (art. 5.º, XLII) 164

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.27. Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV) 165
4.28. Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV) 166
4.29. Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII) 167
4.30. Extradição (art. 5.º, LI e LII) 168
4.30.1. Procedimento 171
4.31. Devido processo legal (art. 5.º, LIV) 172
4.31.1. Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade .. 173
4.32. Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LV) 176
4.32.1. Ampla defesa e duplo grau de jurisdição 179
4.33. Vedação à prova ilícita (art. 5.º, LVI) 181
4.34. Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII) 184
4.35. Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII) 186
4.36. Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX) 187
4.37. Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI) 189
4.38. Direito à não autoincriminação e outros direitos do preso (art. 5.º, LXII, LXIII, LXIV e LXV) 190
4.39. Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII) 192
4.40. Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV) 195
4.41. Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV) 197
4.42. Gratuidade do Registro Civil de Nascimento e da Certidão de Óbito (art. 5.º, LXXVI) 198
4.43. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII) 199
4.44. *Habeas corpus* (art. 5.º, LXVIII) 200
4.44.1. Ofensa indireta ao direito de locomoção 202
4.44.2. Descabimento 204
4.45. Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX e LXX) 205
4.45.1. Natureza jurídica 206
4.45.2. Cabimento 206
4.45.3. Descabimento 206
4.45.4. Direito líquido e certo 208
4.45.5. Legitimação ativa 208

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.45.6. Legitimação passiva 209
4.45.7. Medida liminar 210
4.45.8. Vedação à concessão de medida liminar 211
4.45.9. Prazo para impetração 212
4.45.10. Competência 212
4.45.11. Recursos 213
4.45.12. Duplo grau de jurisdição 214
4.45.13. Pagamento a servidor 214
4.45.14. Descabimento de honorários advocatícios 215
4.45.15. Desistência 215
4.45.16. Mandado de segurança coletivo 215
4.46 Mandado de injunção 217
4.46.1. Mandado de injunção *versus* ADI por omissão ... 218
4.46.2. Cabimento 219
4.46.3. Descabimento 222
4.46.4. Legitimação 222
4.46.5. Eficácia da decisão 223
4.47. *Habeas data* 226
4.48. Ação popular 228
4.48.1. Objeto 230
4.48.2. Competência 232
5. Direitos Sociais 233
5.1. Noções 233
5.2. Enumeração constitucional dos direitos sociais individuais dos trabalhadores (art. 7.°) 235
5.3. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.° a 11) 239
5.4. Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social 241
5.5. Concretização dos direitos sociais e a "reserva do financeiramente possível" 242
6. Nacionalidade 246
6.1. Noções 246
6.2. Espécies de nacionalidade 248
6.3. Critérios de atribuição de nacionalidade 248
6.4. Brasileiros natos (aquisição originária) 248
6.5. Brasileiros naturalizados (aquisição secundária) 251

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.6. Portugueses residentes no Brasil 253
6.7. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado 253
6.8. Perda da nacionalidade 254
6.9. Dupla nacionalidade 254
7. Direitos políticos 255
7.1. Noções 255
7.2. Direito ao sufrágio 256
7.3. Capacidade eleitoral ativa 257
7.4. Plebiscito e referendo 258
7.5. Capacidade eleitoral passiva 259
7.6. Inelegibilidades 260
7.6.1. Inelegibilidade absoluta 261
7.6.2. Inelegibilidade relativa 261
7.6.2.1. Motivos funcionais 261
7.6.2.2. Motivos de casamento, parentesco ou afinidade 264
7.6.2.3. Condição de militar 267
7.6.2.4. Previsões em lei complementar 267
7.7. Privação dos direitos políticos 268
7.8. Princípio da anterioridade eleitoral 269

CAPÍTULO 4
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA 271
1. Introdução 271
2. Formas de Estado 271
3. Formas de governo 274
4. Sistemas de governo 275
5. Regimes de governo 278
6. A Federação na Constituição de 1988 279
6.1. União 284
6.2. Estados-membros 285
6.2.1. Auto-organização e autolegislação 286
6.2.2. Autogoverno 287
6.2.3. Autoadministração 289
6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente 290

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3. Municípios 298
6.4. Distrito Federal 302
6.5. Territórios Federais 305
6.6. Formação dos estados 306
6.7. Formação dos municípios 309
6.8. Formação dos Territórios Federais 311
6.9. Vedações constitucionais aos entes federados 311
7. Intervenção federal 312
7.1. Intervenção federal espontânea 314
7.2. Intervenção federal provocada 314
7.3. Decreto interventivo 320
7.4. Controle político 321
7.5. Controle jurisdicional 322
8. Intervenção nos municípios 322

CAPÍTULO 5
REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS 325
1. Noções 325
1.1. Modelos de repartição 326
1.2. Espécies de competências 327
1.3. Técnica adotada pela Constituição Federal de 1988 328
2. Competências da União 331
3. Competência comum 337
4. Competência legislativa concorrente 339
5. Competências dos estados 344
6. Competências do Distrito Federal 345
7. Competências dos municípios 346

CAPÍTULO 6
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 351
1. Noções introdutórias 351
2. Princípios administrativos 354
3. Normas constitucionais sobre organização da administração pública 361
4. Normas constitucionais sobre ingresso no serviço público 364

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5. Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos agentes públicos 372
5.1. Noções gerais 372
5.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos ... 375
5.3. Direito de greve dos servidores públicos 375
5.4. Regras constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos 377
5.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual 378
5.4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos . 379
5.4.3. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios 384
5.5. Vedação à acumulação de cargos, empregos e funções públicos 385
5.6. Disposições constitucionais relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos 387
5.7. Estabilidade 387
5.8. Direitos trabalhistas atribuídos pela Constituição aos servidores públicos 390
5.9. Regime de previdência dos servidores públicos 393
6. Administração tributária 403
7. Obrigatoriedade de licitar 403
8. Responsabilidade civil da administração pública 406

CAPÍTULO 7
PODER LEGISLATIVO 411
1. Tripartição de poderes 411
2. Funções 416
3. Composição 417
3.1. Congresso Nacional 417
3.2. Câmara dos Deputados 419
3.2.1. Sistema proporcional 420
3.2.2 Fidelidade partidária 425
3.3. Senado Federal 426
4. Órgãos 427
4.1. Mesas diretoras 427
4.2. Comissões 429
4.2.1. Comissões parlamentares de inquérito 432
4.2.1.1. Criação 433

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.2.1.2. Poderes de investigação 436
4.2.1.3. Direitos dos depoentes 438
4.2.1.4. Competência 440
4.2.1.5. Incompetência 442
4.2.1.6. Controle judicial 445
4.2.1.7. Publicidade 446
4.3. Plenário 447
5. Reuniões 448
6. Atribuições 450
6.1. Atribuições do Congresso Nacional 450
6.2. Atribuições da Câmara dos Deputados 453
6.3. Atribuições do Senado Federal 456
6.4. Convocação e pedidos de informação a Ministro de Estado 459
7. Estatuto dos congressistas 460
7.1. Imunidades 461
7.1.1. Imunidade material 461
7.1.2. Imunidade formal 464
7.2. Foro especial em razão da função 470
7.3. Afastamento do Poder Legislativo 472
7.4. Desobrigação de testemunhar 474
7.5. Incorporação às Forças Armadas 475
7.6. Subsistência das imunidades 475
7.7. Incompatibilidades 475
7.8. Perda do mandato 476
7.9. Renúncia ao mandato 479
7.10. Manutenção do mandato 481
7.11. Deputados estaduais, distritais e vereadores 482
8. Tribunais de contas 483
8.1. Tribunal de Contas da União 483
8.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais 491

CAPÍTULO 8
PROCESSO LEGISLATIVO 495
1. Conceito 495
2. Classificação 496
3. Processo legislativo ordinário 497

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.1. Fase introdutória 497
3.1.1. Espécies de iniciativa 498
3.1.2. Iniciativa e Casa iniciadora 500
3.1.3. Iniciativa popular 500
3.1.4. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo 501
3.1.5. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário 502
3.1.6. Iniciativa em matéria tributária 503
3.1.7. Iniciativa da lei de organização do Ministério Público 504
3.1.8. Prazo para exercício de iniciativa reservada 505
3.1.9. Iniciativa privativa e emenda parlamentar 506
3.1.10. Vício de iniciativa e sanção 507
3.2. Fase constitutiva 507
3.2.1. Abolição da aprovação por decurso de prazo 508
3.2.2. Atuação prévia das comissões 508
3.2.3. Deliberação plenária 509
3.2.4. Irrepetibilidade (relativa) de matéria rejeitada 512
3.2.5. Aprovação definitiva pelas comissões 513
3.2.6. Sanção 514
3.2.7. Veto 515
3.3. Fase complementar 521
3.3.1. Promulgação 521
3.3.2. Publicação 522
4. Procedimento legislativo sumário 524
5. Lei ordinária 525
6. Lei complementar 526
7. Processos legislativos especiais 528
7.1. Emendas à Constituição 528
7.2. Medidas provisórias 529
7.2.1. Desnecessidade de convocação extraordinária 530
7.2.2. Limitações materiais 530
7.2.3. Procedimento legislativo 532
7.2.4. Prazo de eficácia 534
7.2.5. Trancamento de pauta 534
7.2.6. Trancamento subsequente de pauta 536
7.2.7. Perda de eficácia 537
7.2.8. Apreciação plenária 541

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.2.9. Conversão parcial 542
7.2.10. Reedição 543
7.2.11. Medida provisória e impostos 545
7.2.12. Art. 246 da Constituição Federal 546
7.2.13. Medidas provisórias anteriores à EC n.º 32/2001 .. 547
7.2.14. Retirada 548
7.2.15. Revogação 549
7.2.16. Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais 550
7.2.17. Medida provisória *versus* lei delegada 552
7.2.18. Medida provisória nos estados-membros 553
7.3. Leis delegadas 554
7.4. Decretos legislativos 557
7.5. Resoluções 558
8. Processo legislativo nos estados-membros e municípios 560
9. Relação hierárquica entre as espécies normativas 561
9.1. Tratados internacionais e suas relações com as demais espécies normativas 569
10. Controle judicial do processo legislativo 571

CAPÍTULO 9

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 575
1. Introdução 575
2. Mutação e reforma 576
2.1. Revisão constitucional 578
2.2. Emenda à Constituição 582
3. Limitações ao poder de reforma 583
3.1. Limitações temporais 584
3.2. Limitações circunstanciais 585
3.3. Limitações processuais ou formais 586
3.3.1. Limitações processuais ligadas à apresentação da proposta de emenda à Constituição 586
3.3.1.1. Ausência de participação dos municípios 587
3.3.1.2. Ausência de iniciativa popular 587
3.3.1.3. Ausência de iniciativa reservada 587

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.3.2. Limitações processuais ligadas à deliberação sobre a proposta de emenda à Constituição 588
3.3.2.1. Ausência de "Casa revisora" 589
3.3.2.2. Alteração substancial 591
3.3.2.3. Promulgação fracionada 591
3.3.3. Limitações processuais ligadas à promulgação da emenda 593
3.3.3.1. Ausência de sanção ou veto 593
3.3.4. Limitações processuais ligadas à vedação de reapreciação de proposta rejeitada ou havida por prejudicada 594
3.3.4.1. Substitutivo da proposta 594
3.4. Limitações materiais 595
3.4.1. A expressão "não será objeto de deliberação" 597
3.4.2. A expressão "tendente a abolir" 598
3.4.3. Cláusula pétrea e "os direitos e garantias individuais" 600
3.4.4. Vedação à "dupla revisão" 601
4. Controle judicial do processo legislativo de emenda 602
5. Controle judicial de emenda promulgada 605
6. Aplicabilidade imediata das emendas constitucionais (retroatividade mínima) 606
6.1. Emenda constitucional e direito adquirido 607
7. Reforma da Constituição estadual 607

CAPÍTULO 10

PODER EXECUTIVO 609
1. Noção de presidencialismo 609
2. Funções 611
3. Investidura 611
4. Impedimentos e vacância 615
4.1. Sucessão do Chefe do Executivo no caso de dupla vacância determinada pela Justiça Eleitoral 616
5. Atribuições 619
5.1. Poder regulamentar 622
5.2. Decretos autônomos 625
6. Vice-Presidente da República 627

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7. Ministros de Estado 627
8. Órgãos consultivos 632
9. Responsabilização 633
9.1. Crimes de responsabilidade 634
9.2. Crimes comuns 638
9.2.1. Imunidades 638
9.2.2. Prerrogativa de foro 641
10. Governadores de Estado 643

CAPÍTULO 11

PODER JUDICIÁRIO 645
1. Introdução 645
2. Órgãos do Poder Judiciário 648
3. Funções típicas e atípicas 650
4. Garantias do Poder Judiciário 651
5. Organização da carreira 653
6. Garantias aos magistrados 656
7. Vedações 658
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário 659
9. Conselho Nacional de Justiça 660
10. Criação de órgão de controle administrativo pelos Estados-Membros 665
11. Supremo Tribunal Federal 666
11.1. Competências 667
12. Superior Tribunal de Justiça 673
12.1. Competências 674
13. Justiça Federal 676
14. Justiça do Trabalho 680
15. Justiça Eleitoral 684
16. Justiça Militar 685
17. Justiça Estadual 686
18. Justiça do Distrito Federal 687
19. Justiça dos Territórios 687
20. "Quinto constitucional" 688

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

21. Julgamento de autoridades 689
22. Precatórios judiciais 693
22.1. Exceção ao regime de precatórios 694
22.2. Ordem de pagamento 695
22.3. Atualização monetária e juros 696
22.4. Sequestro de valor 697
22.5. Decretação de intervenção 698
22.6. Vedação ao fracionamento 698
22.7. Compensação de créditos 699
22.8. Uso e cessão de valor consignado em precatório 700
22.9. Regras transitórias e matérias legadas ao legislador ordinário 700

CAPÍTULO 12

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 703
1. Introdução 703
2. Ministério Público 704
2.1. Composição 705
2.2. Posição constitucional 705
2.3. Princípios do Ministério Público 706
2.3.1. Princípio da unidade 706
2.3.2. Princípio da indivisibilidade 706
2.3.3. Princípio da independência funcional 707
2.3.4. Autonomia administrativa e financeira 707
2.3.5. Princípio do promotor natural 708
2.4. Funções do Ministério Público 709
2.4.1. Atuação do Procurador-Geral da República 711
2.5. Ingresso na carreira 712
2.6. Nomeação dos Procuradores-Gerais 713
2.7. Garantias dos membros 715
2.8. Vedações constitucionais 715
2.9. Conselho Nacional do Ministério Público 716
2.10. Ministério Público junto aos tribunais de contas 718
2.11. Prerrogativa de foro 720
2.12. Ação civil pública 720
2.12.1. Introdução 720

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.12.2. Objeto da ação civil pública 721
2.12.3. Restrições ao uso da ação civil pública 722
2.12.4. Partes na ação civil pública 723
2.12.5. Atuação do Ministério Público na ação civil pública 724
2.12.6. Responsabilidade do réu 725
2.12.7. Sentença 725
2.12.8. Inquérito civil e ação civil pública 726
2.12.9. Ação civil pública e ação popular 727
3. Advocacia pública 727
4. Advocacia 729
5. Defensoria Pública 734

CAPÍTULO 13

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 737
1. Introdução 737
2. Presunção de constitucionalidade das leis 740
3. Conceito e espécies de inconstitucionalidades 741
3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão 743
3.2. Inconstitucionalidade material e formal 744
3.3. Inconstitucionalidade total e parcial 746
3.3.1. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a Constituição 748
3.4. Inconstitucionalidade direta e indireta 751
3.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente 752
4. Sistemas de controle 753
5. Modelos de controle 754
6. Vias de ação 755
7. Momento do controle 757
8. Histórico do controle de constitucionalidade no Brasil 757
8.1. A Constituição de 1824 758
8.2. A Constituição de 1891 758
8.3. A Constituição de 1934 759
8.4. A Constituição de 1937 760
8.5. A Constituição de 1946 760
8.6. A Emenda Constitucional n.º 16/1965 761

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8.7. A Constituição de 1967/1969 761
8.8. A Constituição de 1988 762
9. Jurisdição constitucional 765
10. Fiscalização não jurisdicional 768
10.1. Poder Legislativo 769
10.2. Poder Executivo 772
10.3. Tribunais de contas 775
11. Controle difuso 775
11.1. Introdução 775
11.2. Legitimação ativa 776
11.3. Espécies de ações judiciais 777
11.4. Competência 778
11.4.1. Declaração da inconstitucionalidade pelos tribunais – a reserva de plenário 779
11.5. Parâmetro de controle 782
11.6. Recurso extraordinário 783
11.7. Efeitos da decisão 787
11.8. Atuação do Senado Federal 788
11.9. Súmula vinculante 793
11.9.1. Iniciativa 794
11.9.2. Atuação do Procurador-Geral da República 796
11.9.3. Manifestação de terceiros 796
11.9.4. Requisitos 796
11.9.5. Deliberação 797
11.9.6. Início da eficácia 797
11.9.7. Descumprimento 798
11.9.8. Súmulas anteriores à EC n.º 45/2004 799
12. Controle abstrato 799
12.1. Introdução 799
12.2. Ação direta de inconstitucionalidade 802
12.2.1. Conceito 802
12.2.2. Legitimação ativa 802
12.2.3. Objeto 808
12.2.4. Parâmetro de controle 814
12.2.5. Causa de pedir aberta 817
12.2.6. Petição inicial 818

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12.2.7. Imprescritibilidade 819
12.2.8. Impossibilidade de desistência 820
12.2.9. Pedido de informações 820
12.2.10. Suspeição e impedimento de Ministro 821
12.2.11. Impossibilidade de intervenção de terceiros 822
12.2.12. Admissibilidade de *amicus curiae* 823
12.2.13. Atuação do Advogado-Geral da União 826
12.2.14. Atuação do Procurador-Geral da República 827
12.2.15. Atuação do relator na instrução do processo ... 829
12.2.16. Medida cautelar em ADI 830
12.2.17. Decisão de mérito 836
12.2.17.1. Deliberação 836
12.2.17.2. Natureza dúplice ou ambivalente 838
12.2.17.3. Efeitos da decisão 839
12.2.17.4. Modulação dos efeitos temporais 844
12.2.17.5. Definitividade da decisão de mérito 848
12.2.17.6. Limites da eficácia retroativa 849
12.2.17.7. Transcendência dos motivos determinantes 850
12.2.17.8. Inconstitucionalidade "por arrastamento" ... 854
12.2.17.9. Momento da produção de efeitos 856
12.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão 856
12.3.1. Introdução 856
12.3.2. Legitimação ativa 858
12.3.3. Legitimação passiva 858
12.3.4. Objeto 859
12.3.5. Procedimento 860
12.3.6. Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República 861
12.3.7. Concessão de medida cautelar 862
12.3.8. Efeitos da decisão de mérito 862
12.3.9. ADO *versus* mandado de injunção 864
12.4. Ação declaratória de constitucionalidade 864
12.4.1. Introdução 864
12.4.2. Principais aspectos comuns 866
12.4.3. Objeto 867

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12.4.4. Relevante controvérsia judicial 868
12.4.5. Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma 869
12.4.6. Medida cautelar 869
12.4.7. Não atuação do Advogado-Geral da União 871
12.5. Arguição de descumprimento de preceito fundamental ... 871
12.5.1. Introdução 871
12.5.2. A arguição autônoma e a arguição incidental 873
12.5.3. Objeto da ADPF e conteúdo do pedido 875
12.5.4. Preceito fundamental 879
12.5.5. Subsidiariedade da ADPF 881
12.5.6. Competência e legitimação 883
12.5.7. Petição inicial e procedimento 884
12.5.8. Medida liminar 885
12.5.9. Decisão 886
12.6. Representação interventiva 892
12.7. Controle abstrato nos estados 896
12.7.1. Introdução 896
12.7.2. Competência 897
12.7.3. Legitimação 897
12.7.4. Parâmetro de controle 899
12.7.5. Inconstitucionalidade do parâmetro de controle estadual 900
12.7.6. Simultaneidade de ações diretas 901
12.7.7. Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual 905
12.7.8. Distrito Federal 907
12.7.9. Representação interventiva 908

CAPÍTULO 14

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 909
1. Introdução 909
2. Estado de defesa 910
2.1. Pressupostos 911
2.2. Prazo 912

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3. Abrangência 912
2.4. Medidas coercitivas 912
2.5. Controle 913
3. Estado de sítio 914
3.1. Pressupostos 915
3.2. Duração 916
3.3. Abrangência 916
3.4. Medidas coercitivas 917
3.5. Controle 918
4. Forças Armadas 921
5. Segurança pública 925

CAPÍTULO 15

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL 931
1. Introdução 931
2. Competência tributária 933
2.1. Competência para legislar sobre direito tributário 934
3. Conceito de tributo e espécies tributárias integrantes do sistema tributário nacional 938
3.1. Conceito de tributo 938
3.2. Impostos 939
3.3. Taxas 943
3.4. Contribuições de melhoria 948
3.5. Empréstimos compulsórios 949
3.6. Contribuições 950
4. Princípios tributários constitucionais e limitações ao poder de tributar 954
4.1. Princípio da legalidade tributária 955
4.2. Princípio da igualdade tributária 957
4.3. Princípio da irretroatividade tributária 958
4.4. Princípio da anterioridade do exercício financeiro 959
4.5. Princípio da anterioridade nonagesimal (noventena) 961
4.6. Princípio do não confisco e princípio da capacidade contributiva 963
4.7. Princípio da liberdade de tráfego 966

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.8. Princípio da uniformidade geográfica e princípio da não discriminação tributária 968
4.9. Imunidades tributárias 969
4.9.1. Imunidades previstas no art. 150 da Constituição Federal 971
4.9.2. Outras imunidades 977
5. Repartição das receitas tributárias 980

CAPÍTULO 16

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 983
1. Introdução 983
2. Meios de atuação do Estado na área econômica 986
3. A ordem econômica e financeira na Constituição de 1988 987
3.1. Fundamentos e princípios gerais da atividade econômica ... 987
3.1.1. Fundamentos: livre iniciativa e valorização do trabalho humano 988
3.1.2. Princípios básicos da ordem econômica 989
3.1.2.1. Soberania nacional 989
3.1.2.2. Propriedade privada e sua função social ... 990
3.1.2.3. Livre concorrência 991
3.1.2.4. Defesa do consumidor 992
3.1.2.5. Defesa do meio ambiente 993
3.1.2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego 995
3.1.3. Liberdade de exercício de atividades econômicas ... 996
3.2. Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito 998
3.3. Atuação do Estado como prestador de serviços públicos 1002
3.4. Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopólio 1006
3.5. Atuação do Estado como agente regulador 1008
3.6. Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica 1010
3.7. Política urbana 1012
3.8. Política agrícola e fundiária, e reforma agrária 1014
3.9. Sistema financeiro nacional 1017

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 17

ORDEM SOCIAL 1021
1. Seguridade social 1021
1.1. Saúde (arts. 196 a 200) 1024
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202) 1026
1.2.1. Regras para aposentadoria 1028
1.2.2. Regra de transição de aposentadoria voluntária integral 1029
1.2.3. Regra de transição de aposentadoria voluntária proporcional 1029
1.2.4. Regra de transição para professor 1030
1.2.5. Regime de previdência privada complementar 1030
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204) 1031
2. Educação (arts. 205 a 214) 1032
2.1. Princípios constitucionais do ensino 1032
2.2. Autonomia das universidades 1033
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino 1033
2.4. Participação da iniciativa privada 1034
2.5. Fixação de conteúdo 1034
2.6. Organização dos sistemas de ensino 1035
2.7. Aplicação de recursos na educação 1035
2.8. Plano nacional de educação 1036
3. Cultura (arts. 215 e 216) 1037
4. Desporto (art. 217) 1038
5. Ciência e tecnologia (arts. 218 e 219) 1039
6. Comunicação social (arts. 220 a224) 1040
6.1. Comunicação social e liberdade de informação 1040
6.2. Regras acerca dos meios de comunicação e programação 1041
6.3. Participação do capital estrangeiro 1042
6.4. Controle do legislativo e delegação 1042
7. Meio ambiente (art. 225) 1043
8. Proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso 1045
9. Índios 1049

BIBLIOGRAFIA 1051

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br